



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### PARECER JURÍDICO

**PROJETO DE LEI Nº 48/2021 –  
Autoriza o Poder Executivo a receber  
em dação em pagamento imóvel urbano  
que menciona.**

#### **I – RELATÓRIO**

De autoria do Poder Executivo, em análise por essa Procuradoria Geral, o projeto de lei, em apertada síntese, pretende autorizar o Poder Executivo a receber imóvel a título de dação em pagamento para quitação de débitos tributários de IPTU e Taxas, do ano de 2021, até o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Estão anexos ao Projeto de Lei a Matrícula do imóvel, a ficha financeira de débitos, croqui do imóvel, memorial descritivo do imóvel e o laudo de avaliação do imóvel.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Verifico que é de competência de iniciativa exclusiva do Prefeito propor projeto desta natureza, nos termos do art. 50, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, transcrevo:

#### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

**Art. 50. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:**

**(...)**

**V – matéria Tributária.**

Ainda, como não constante do rol do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, verifico que a matéria pode ser tratada através de Lei Ordinária, vejamos:

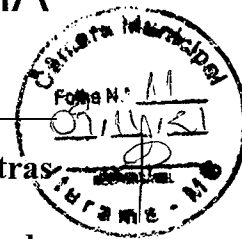
#### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

**Art. 49. ...**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**Parágrafo único.** Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

**I – ~~Código Tributário do Município;~~** (Inciso declarado inconstitucional em 12/05/2021 – ADI 5808611-83.2020.8.13.0000. Acórdão publicado em 17/05/2021.)

**II – Código de obras;**

**III – Código de Posturas;**

**IV – Plano Diretor;**

**V – ~~lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;~~** (Inciso declarado inconstitucional em 12/05/2021 – ADI 5808611-83.2020.8.13.0000. Acórdão publicado em 17/05/2021.)

**VI – lei instituidora da Guarda Municipal;**

**VII – ~~lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;~~** (Inciso declarado inconstitucional em 12/05/2021 – ADI 5808611-83.2020.8.13.0000. Acórdão publicado em 17/05/2021.)

**VIII – ~~Estatutos dos Servidores Municipais;~~** (Inciso declarado inconstitucional em 12/05/2021 – ADI 5808611-83.2020.8.13.0000. Acórdão publicado em 17/05/2021.)

**IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;**

**X – todas as Codificações. (g.n.)**

Tratando-se de dação em pagamento necessária a aprovação por parte do Poder Legislativo, como consta do artigo 111 da Lei Orgânica, vejamos:

### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 111.** A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

O Código Tributário Nacional elenca a dação em pagamento como forma de extinção do Crédito Tributário, transcrevo:

### CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Art. 156.** Extinguem o crédito tributário:

(...)

**XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.**

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças Justiça e Legislação, reproduzo:



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### Regimento Interno

**Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.**

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente, reproduzo:

### Regimento Interno

**Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.**


### III – CONCLUSÃO

Diante o exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em comento.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 09 de novembro de 2021.

  
David Tribioli Corrêa  
Advogado